



SENADO FEDERAL

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 227/2012

### EDITAL

(Processo nº 019.448/11-2)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente nº 3, de 2012, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450/2005, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dos Atos da Comissão Diretora nºs 24/1998 e 10/2010 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 019.448/11-2, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, destinada à **contratação de empresa para atualização de versão do PABX\_MD-110, bem como aquisição de ramais IP, aparelhos telefônicos IP e de interface para disponibilização de ramais IP em smartphones e computadores.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

**DATA:** 29/11/2012.

**HORÁRIO DE BRASÍLIA:** 9:30hs.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

### CAPÍTULO I – DO OBJETO

**1.1 – O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa para atualização de versão do PABX\_MD-110 da versão BC-12 para a versão MX-ONE, bem como aquisição de ramais IP com aparelhos telefônicos fixos e de interface para disponibilização de ramais IP em smartphones e notebooks (desktops e notebook), de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.**

**1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.**



SENADO FEDERAL

## **CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**2.1** – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**2.1.1** – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

**2.1.2** – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.2** – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

**2.3** - Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, consórcios de empresas ou empresas que, por qualquer motivo, estejam punidas com a suspensão do direito de licitar ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, bem como as pessoas elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, além das empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

## **CAPÍTULO III – DA VISTORIA**

**3.1** – É facultado às empresas licitantes vistoriar os equipamentos e tomar conhecimento de todas as informações e condições necessárias para colher subsídios para a elaboração de sua proposta.

**3.2** – A licitante poderá realizar a visita técnica nos horários de 8:30h às 18:30h, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil contado da data marcada para a sessão pública. Outras informações sobre a visita técnica poderão ser obtidas com o Sr(a). Hugo Leonardo da Rocha Canuto, através do telefone (61) 3303-1110.

**3.2.1** – Realizada a visita técnica, a licitante receberá o Atestado de Vistoria, fornecido pela Secretaria de Telecomunicações.

**3.3** – Caso a interessada opte por não realizar vistoria no local, firmará declaração na qual dispense a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua



## SENADO FEDERAL

decisão e se comprometendo a cumprir fielmente o objeto nos termos de sua proposta e do presente edital.

**3.4 –** A apresentação do Atestado de Vistoria ou da Declaração de Dispensa de Vistoria será obrigatória na fase de habilitação do certame.

### CAPÍTULO IV – DA PROPOSTA

**4.1 –** A licitante deverá encaminhar proposta, observadas as especificações constantes dos anexos deste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**4.2 –** A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os **preços unitário, total do item e global da proposta**, observadas as especificações constantes dos anexos deste edital, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

**4.2.1 –** O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

**a)** para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

**b)** quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

**4.3 –** No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, deverão ser prestados todos os demais esclarecimentos necessários ao perfeito detalhamento do objeto.

**4.3.1 – Prazo de entrega do objeto instalado** de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

**4.3.2 – Prazo de garantia** do equipamento de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, devendo cobrir todos os elementos de hardware e software que vierem a apresentar defeito exclusivo de fabricação.

**4.4 –** A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.



## SENADO FEDERAL

**4.5** – Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, ou as que desatendam às exigências deste edital.

**4.6** – A licitante que se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

**4.7** – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**4.8** – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

**4.8.1** – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**4.8.2** – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**4.9** – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**4.9.1** – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**4.10** – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

**5.1** – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**5.2** – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**5.3** – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

**5.4** – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



## SENADO FEDERAL

**5.5** – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

### **CAPÍTULO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6.1** – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

**6.2** – Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.

### **CAPÍTULO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1** – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

**7.2** – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**7.3** – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**7.4** – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

**7.5** – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**7.6** – Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexeqüível.

**7.7** – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

### **CAPÍTULO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS**

**8.1** – Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**8.1.1** – Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha



## SENADO FEDERAL

sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

**b)** não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**8.1.2** – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

## CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO

**9.1** – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

## CAPÍTULO X – DA NEGOCIAÇÃO

**10.1** – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**10.1.1** – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

## CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

**11.1** – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br), cujo prazo máximo para atendimento será de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação.

**11.1.1** - A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 05, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.





## SENADO FEDERAL

**11.2** – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

**11.3** – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**11.4** – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

**11.4.1** – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

**11.4.2** – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

**11.4.3** – Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

## CAPÍTULO XII – DA AMOSTRA

**12.1** – O Pregoeiro poderá solicitar à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra do item 3 – aparelhos telefônicos IP, a ser entregue no prazo máximo e improrrogável de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da suspensão deste certame, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado, que será realizada em sessão pública previamente designada.

**12.2** - As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas, na Secretaria de Telecomunicações do Senado Federal, localizada na Via N2, Unidade de Apoio VI, Prédio Senador Antônio Farias, CEP 70.165-900 - Brasília-DF, SENADO FEDERAL.

**12.3** - Caso a amostra da melhor proposta seja reprovada, será convocada para apresentação de amostra a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.

**12.4** - As amostras aprovadas permanecerão em poder do Senado Federal até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e os equipamentos efetivamente entregues.



## SENADO FEDERAL

**12.5** - As amostras fornecidas serão devolvidas na forma em que se encontrarem após os testes, sem responsabilidade para o Senado.

**12.6** - Vencido o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante deste edital.

### **CAPÍTULO XIII – DA HABILITAÇÃO**

**13.1** – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, do Nível I ao Nível IV do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação complementar especificada neste edital.

**13.2** – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, do Nível I ao Nível IV, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

**13.3** – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

#### **13.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:**

- a. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu objeto e prestou a contento, serviço compatível com o da presente licitação.
- b. **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica** da licitante, expedida pelo Conselho regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, referente ao presente exercício, em nome da licitante e de seus responsáveis técnicos, possuidores, portanto, de experiência em execução de serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto licitado, e que comprovadamente deverão pertencer ao quadro permanente da empresa, ou que possua vínculo contratual com a mesma, na data de abertura da licitação, nos termos do § 10º, do art. 30 da Lei 8.666/1993.
  - b.1. A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa ou que possua vínculo contratual com a mesma poderá ser realizada mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio ou de contrato de prestação de serviço;
- c. **Atestado de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria**, conforme previsto nos itens 3.2 e 3.3 deste edital, respectivamente





## SENADO FEDERAL

### 13.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a. comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1 (um).
- b. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

### 13.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

### 13.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:
  - a.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
  - a.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993; e
  - a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).

**13.4 –** Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br) no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.

**13.4.1 –** Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

**13.5 –** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.



## SENADO FEDERAL

**13.6** – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

**13.6.1** – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

**13.7** – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo pregoeiro.

**13.8** – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**13.8.1** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**13.8.2** – A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**13.9** – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**13.9.1** – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

## **CAPÍTULO XIV – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

**14.1** – Se a proposta não for aceitável ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**14.2** – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.



## SENADO FEDERAL

### **CAPÍTULO XV – DO RECURSO**

**15.1** – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

**15.1.1** – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

**15.1.2** – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

**15.1.3** – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

**15.1.4** – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

**15.2** – Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

**15.3** – Admitido o recurso, caso o pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

**15.4** – Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

**15.5** – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **CAPÍTULO XVI – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**16.1** – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

**16.2** – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.



## SENADO FEDERAL

**16.3** – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM** à vencedora do certame.

### **CAPÍTULO XVII – DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**17.1** – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**17.1.1** – O não comparecimento da licitante no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

**17.2** – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

### **CAPÍTULO XVIII – DAS PENALIDADES**

**18.1** – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 17.1, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

**18.2** – As licitantes subseqüentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 17.1.1, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 18.1.

**18.3** – Se a licitante ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, fraudar o processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

**18.3.1** – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude fiscal, ficará a contratada ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre:

- a) o valor total do ajuste, se contratada; e
- b) o valor total de sua proposta, se licitante.



## SENADO FEDERAL

**18.4** – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

### **CAPÍTULO XIX – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**19.1** – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br).

**19.2** – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**19.3** – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**19.4** – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br).

**19.5** – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

### **CAPÍTULO XX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1** – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

**20.2** – Integram este edital os seguintes anexos:

- a. Anexo 01** (Termo de Referência);
- b. Anexo 02** (Especificação do Objeto);
- d. Anexo 03** (Composição Atual do Sistema);
- d. Anexo 04** (Minuta de Contrato); e
- e. Anexo 05** (Modelo de Apresentação de Proposta).

**20.3** – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.

**20.4** – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.



## SENADO FEDERAL

**20.5** – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**20.6** – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

**20.7** – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

### **CAPÍTULO XXI – DO FORO**

**21.1** – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 13 de novembro de 2012.

**RONALDO WAGNER CARMONA**  
**Pregoeiro**





SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 227/2012**

**(Processo nº 019.448/11-2)**

**ANEXO 01**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>Objeto</b>	Contratação de empresa para atualização de versão do PABX_MD-110 da versão BC-12 para a versão MX-ONE, bem como aquisição de ramais IP com aparelhos telefônicos fixos e de interface para disponibilização de ramais IP em smartphones e notebooks.
<b>Quantidade e Especificação</b>	Conforme Anexo 02 (Especificações do Objeto).
<b>Local de Execução</b>	Secretaria de Telecomunicações do Senado, situada no Senado Federal, Via N2, Unidade de Apoio VI, Prédio Senador Antônio Farias, CEP 70.165-900 – Brasília-DF e nos demais locais de instalação dos atuais módulos do PABX (Residências Oficiais).
<b>Obrigações da Contratada</b>	Conforme cláusula segunda da minuta de contrato (Anexo 04).
<b>Regime de Execução</b>	Conforme cláusula quarta da minuta de contrato (Anexo 04).
<b>Valor Máximo estimado por item</b>	Item 1 – R\$ 2.224.172,00 Item 2 – R\$ 179.554,26 Item 3 – R\$ 1.109.400,00 Item 4 – R\$ 104.258,52 Item 5 – R\$ 163.920,00  <b>Valor Total – R\$ 3.781.304,78 (três milhões setecentos e oitenta e um mil trezentos e quatro reais e setenta e oito centavos).</b>
<b>Forma de pagamento</b>	Conforme cláusula sexta da minuta de contrato (Anexo 04).
<b>Classificação Orçamentária</b>	Programa de Trabalho: 000040 Natureza da Despesa: 449052



## SENADO FEDERAL

<b>Justificativa</b>	<u>Item 1</u> Permitir tanto a STELE quanto ao PRODASEN adequar suas infraestruturas para suportar com qualidade os novos serviços IP de forma gradativa.
	<u>Item 2</u> Se faz necessária, devido a atualização do PABX do Senado para uma versão IP, pois irá possibilitar a imediata disponibilidade de novos serviços aos usuários do sistema telefônico do Senado Federal.
	<u>Item 3</u> Visa atender as diversas demandas de Gabinetes parlamentares e setores administrativos por novas posições de ramais.
	<u>Item 4</u> Permitir a disponibilização dos ramais do PABX MX- ONE aos senhores parlamentares e aos outros usuários cadastrados no Sistema Telefônico com comunicação segura via internet.
	<u>Item 5</u> Se faz necessária devido à obsolescência do tarifador atual, bem como da necessidade de adequação deste às diretrizes de segurança da rede de dados do PRODASEN.
<b>Adjudicação</b>	Menor Preço Por Item.
<b>Vigência do Contrato</b>	Conforme cláusula décima quarta da minuta de contrato (Anexo 04).
<b>Fiscalização</b>	Conforme cláusula décima primeira da minuta de contrato (Anexo 04).

Brasília, 13 de novembro de 2012.

**RONALDO WAGNER CARMONA**  
**Pregoeiro**



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 227/2012**

**(Processo nº 019.448/11-2)**

**ANEXO 02**

**ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
01	UNIDADE	01	Atualização de versão do PABX_MD-110 versão BC-12 para última versão MX-ONE disponibilizada pelo fabricante no mercado brasileiro na data da abertura da licitação e com as funcionalidades descritas no item 1.1 deste anexo <b>CATSER: 16217</b>
02	UNIDADE	662	Ramais IP para o PABX MX-ONE com as funcionalidades descritas no item 1.2 deste anexo <b>CATMAT: 12645</b>
03	UNIDADE	300	Aparelhos telefônicos IP com as funcionalidades descritas no item 1.3 deste anexo. <b>Compatível com o PABX MX-ONE.</b> <b>CATMAT: 40444</b>
04	UNIDADE	01	Equipamento de interconexão a Internet <i>-(EQII)</i> – Trata-se de um sistema de comunicação IP <b>compatível com a PABX – MX-ONE -Ericsson</b> , com o fim de disponibilizar ramais deste em Smartphones e computadores e com as funcionalidades descritas no item 1.4 deste anexo <b>CATMAT: 12556</b>
05	UNIDADE	01	Tarifador compatível com PABX MX-ONE e com as funcionalidades descritas no item 1.5 deste anexo <b>CATMAT: 150830</b>



## SENADO FEDERAL

### ESPECIFICAÇÕES - FUNCIONALIDADES DO SISTEMA

#### 1.1. Atualização do PABX MD-110 da versão BC-12 para versão MX-ONE

- 1.1.1. PABX MD-110 deverá ser atualizado para versão MX-ONE, nos termos abaixo detalhado, aproveitando ao máximo o legado existente com troca apenas dos componentes do sistema, aí incluído programas (software) e equipamentos (hardware) necessários a esta atualização.
- 1.1.2. A atualização do PABX para versão MX-ONE deve transformar esta plataforma TDM em uma configuração híbrida integrando os dois mundos tecnológicos dos ramais TDM (Multiplexação por Divisão de Tempo) e IP (Protocolo de Internet), sem qualquer perda das funcionalidades e facilidades de serviços presentes atualmente no PABX-MD-110 BC-12, tais como (siga-me, sinalização chefe-secretaria, grupo de captura, etc.), exceto para os ramais IP instalados remotamente em smartphones e computadores de outras redes de dados que não a rede do PRODASEN.
- 1.1.3. A atualização do PABX para MX-ONE não poderá comprometer a integralidade das funcionalidades do Contact Center do Senado, mesmo que para isto seja preciso manter os ramais deste ainda na versão BC-12 em um módulo de PABX independente funcionalmente, porém conectado com o novo PABX.
- 1.1.4. Todos os ramais IP do MX-ONE deverão utilizar criptografia de voz e sinalização de no mínimo 128 bits quando se comunicarem entre si, com protocolo SRTP e TLS.
- 1.1.5. A solução deverá garantir o tráfego telefônico pleno para todos os ramais do MX-ONE sem quaisquer congestionamentos entre os mesmos.
- 1.1.6. Os cartões eletrônicos novos tanto dos ramais IP quanto dos servidores de comunicação, gateways, roteadores deverão ser instalados já na nova arquitetura de Racks de 19”.
- 1.1.7. O sistema deverá ser fornecido com redundância de servidores e switches, visando alta-disponibilidade de 99,999%, devido à importância do serviço executado.
- 1.1.8. Deverá ser fornecido com 200 (duzentas) caixas postais de ramais.
- 1.1.9. Deve ser fornecido um sistema de monitoramento e gerência de disponibilidade de serviços, com as seguintes características mínimas:
  - Deverá comportar o monitoramento de todos os equipamentos objetos desta especificação, com todos os seus recursos;
  - Deverá monitorar EQII e PABX\_MX-ONE
  - Deverá prover interface WEB, acessível via protocolos HTTP e HTTPS;
  - Deverá mostrar a topologia da rede em mapas;



## SENADO FEDERAL

- Deverá permitir a criação manual de topologia de rede de forma gráfica;
- Deverá suportar o monitoramento ativo dos serviços providos pelos equipamentos especificados neste documento;
- Possuir gráfico padrão do tempo de resposta dos serviços monitorados;
- Deverá possibilitar o envio de notificações em caso de alarme, ao menos via Interface WEB e E-mail;
- Os alarmes e notificação deverão permanecer ativos até serem reconhecidos;
- Deverá possibilitar a visualização do histórico dos alarmes;
- Deverá permitir o gerenciamento de usuários e grupos para acesso a interface de gerenciamento;
- Deverá ser fornecido junto com o software, todo o ambiente para que ele funcione plenamente, como Sistema Operacional, Banco de Dados, Servidor de aplicações e Hardware;
- Compatível com monitoramento de sistemas PABX TDM e IP;
- Gerenciamento de alarmes e alertas de PABX;
- Monitoramento de todos os alarmes disponibilizados pelo PABX;
- Visualização gráfica de placas e/ou componentes do PABX e a utilização atual individual de cada um destes componentes.
- Deverá realizar a coleta dos dados dos PABX's instalados no edifício da Secretaria de Telecomunicações, situado na Unidade de Apoio VI do complexo arquitetônico do Senado Federal na Praça dos Três Poderes, na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal, situado na SHIS QL 12 Conjunto 11 Casa 1 e na Residência Oficial dos Senadores situado na SQS 309 Blocos C/G, podendo nos locais remotos efetuar esta coleta via modem (chave de segurança) e/ou internet (VPN).

### **1.1.10. Módulos do PABX atual que não serão atualizados:**



## SENADO FEDERAL

- Call minder;
- Fax corporativo;
- As Centrais de Relacionamento (Contact Center – da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública, Call Center da Secretaria de Telecomunicações e Call Center do PRODASEN;
- DNA

### **1.1.11. Softphone para smartphones**

Características:

- Originar e receber chamadas através do Smartphone por uma rede sem fio;
- Ser compatível com os principais Smartphone de mercado;
- Disponibilizar funções telefônicas de transferência, conferência e chamada em espera;
- Fornecimento de 300 (trezentos) acessos simultâneos de ramais IP para utilização remota em Smartphones.
- Fornecimento de 300 (trezentos) softphone com licença de utilização remota em Smartphones.
- Suportar criptografia de voz e sinalização com chave de 128 bits.

### **1.1.12. Softphone para computadores**

Características:

- Suportar criptografia de voz e sinalização com chave de 128 bits.
- Originar e receber chamadas através de computadores por uma rede sem fio;
- Disponibilizar funções telefônicas de transferência, conferência e chamada em espera;
- Fornecimento de 200 (duzentos) acessos simultâneos de ramais IP para utilização remota em computadores;
- Fornecimento de 200(duzentos) softphone com licença de utilização remota em, computadores.
- Protocolo SIP
- Codecs: G.711, G.729





## SENADO FEDERAL

### 1.2. Aquisição de ramais IP para o PABX MX-ONE

Hardwares, softwares e licenças necessários para disponibilizar 662 (seiscentos sessenta e dois) ramais IP no PABX MX-One do Senado.

### 1.3. Aparelhos telefônicos IP protocolo SIP

A Contratada deverá fornecer de 300 (trezentos) aparelhos telefônicos **compatíveis com o PABX-MX-ONE-Ericsson**, com as seguintes características mínimas:

- 1.3.1. 02(duas) portas 10/100/1000 Base T de switch com suporte a PoE, VLAN E QoS;
- 1.3.2. Display de LCD;
- 1.3.3. Identificador de chamadas;
- 1.3.4. Deve possuir no mínimo dez teclas programáveis para discagem rápida;
- 1.3.5. Permitir atender mais de uma chamada, enquanto coloca a chamada em curso em espera;
- 1.3.6. Indicador de novas mensagens no correio de voz
- 1.3.7. Suporte aos codex G.722, G 711, G729a, G 729 ab;
- 1.3.8. Viva-voz full-duplex de alta qualidade;
- 1.3.9. Teclas para viva-voz, mute, controle de volume e navegação;
- 1.3.10. Porta para conexão de fone de ouvido Bluetooth;
- 1.3.11. Sinalização chefe-secretária. ;
- 1.3.12. Grupo de captura;
- 1.3.13. Siga-me;
- 1.3.14. Conferência;
- 1.3.15. Transferência;
- 1.3.16. Pêndulo;
- 1.3.17. Suporte a encriptação de voz e sinalização com chave de 128 bits;
- 1.3.18. Compatível com PABX\_MX-One Aastra;
- 1.3.19. Deverá ser fornecido com fonte de alimentação independente do switch PoE.

### 1.4. Equipamento de Interconexão a Internet-(EQII) para o sistema de comunicação IP do PABX MX- ONE (SBC- Session Border Controller) deverá disponibilizar:



## SENADO FEDERAL

- 1.4.1. Deverá ser compatível com PABX\_MX-ONE com sinalização SIP (RFC 3261).
- 1.4.2. O EQII deverá ser **complementar e compatível** com o PABX\_MX-ONE, permitindo que os ramais IP remotos previamente cadastrados neste PABX se comuniquem com este utilizando a internet e roteadores comuns como meio de transporte, sem a necessidade de VPNs.
- 1.4.3. O EQII deverá usar um SBC (Session Border Controller) para controlar registros de fora da sua própria rede encaminhados ao PABX MX- ONE.
- 1.4.4. Deverá ser fornecido inicialmente com capacidade mínima de 500 (quinhentos) acessos simultâneos para ramais IP disponibilizados em computadores, smartphones e aparelhos telefônicos IP instalados em ambiente fora das instalações do Senado.
- 1.4.5. Deverá também permitir a ampliação dos acessos para o mínimo para 6.000 (seis mil) ramais, mediante aquisição das respectivas licenças.
- 1.4.6. O EQII deverá ser capaz de gerenciar ramais remotos como se eles estivessem localmente (ficando totalmente transparente para o PABX), devendo permitir a conexão a partir de locais públicos (como aeroporto, hotel e cyber café), a partir da rede sem fio (WiFi) e rede 3G, não devendo haver restrição de distância da central (PABX), podendo o ramal remoto estar em outro país.
- 1.4.7. O EQII deverá integrar-se as rotas de menor custo e de emergência do MX-One.
- 1.4.8. Deverá permitir configuração de listas de Black List e White list de forma que seja possível restringir ou permitir acesso a partir de determinados endereços IP, com fim a evitar que certos tipos de acessos indesejados ocorram a partir de endereços IP desconhecidos ou sabidamente perigosos.
- 1.4.9. Deverá possuir mecanismo de proteção contra ataques ao EQII (DoS, DDoS e Intrusion detection) com fim a tirar um determinado serviço do ar, bem como detecção e bloqueio automático de tentativa de invasão.
- 1.4.10. Deverá possuir Network address translation (NAT) com fim a esconder a topologia dos equipamentos internos (por exemplo, o endereço IP do PABX e servidores), portanto protegendo contra um ataque direto ao equipamento e garantindo a privacidade dos mesmos. Devendo disponibilizar trilha de auditoria com todos os acessos e mudança de configurações registradas e armazenadas de maneira que possa haver auditoria de acesso e utilização.
- 1.4.11. Deverá garantir a qualidade e continuidade da chamada com um Limitador de tráfego (rate limit) e Limitador de chamadas simultâneas, com fim a evitar sobrecarga do sistema de comunicação e/ou a banda (link internet devido excesso de chamadas originadas pela internet), causando a degradação de todas as chamadas. O EQII deverá atuar estabelecendo limites (bloqueando as novas chamadas) para que as chamadas em curso não sejam afetadas.
- 1.4.12. O sistema deverá ser fornecido com redundância de servidores, visando alta-disponibilidade de 99,999%.
- 1.4.13. Deverá suportar as mídias e protocolos a seguir:
  - Mídias suportadas: voz, vídeo e presença,
  - Protocolos suportados: SIP, RTP,



## SENADO FEDERAL

- Camada de transporte: UDP, TCP.

**1.4.14.** O sistema deverá atender estritamente os padrões de mercado (RFCs), não utilizando protocolos proprietários e hardwares dedicados.

**1.4.15.** Deverá suportar as principais RFCs do mercado como:

- RFC 3261 SIP: Session Initiation Protocol ([www.ietf.org/rfc/rfc3261.txt](http://www.ietf.org/rfc/rfc3261.txt))
- RFC 3372 SIP for Telephones (SIP-T): Context and Architectures ([www.ietf.org/rfc/rfc3372.txt](http://www.ietf.org/rfc/rfc3372.txt))
- RFC 3515 The Session Initiation Protocol (SIP) Refer Method ([www.ietf.org/rfc/rfc3515.txt](http://www.ietf.org/rfc/rfc3515.txt))
- RFC 3665 SIP Basic Call Flow Examples ([www.ietf.org/rfc/rfc3665.txt](http://www.ietf.org/rfc/rfc3665.txt))
- RFC 3960 Early Mídia and Ringing Tone Generation ([www.ietf.org/rfc/rfc3960.txt](http://www.ietf.org/rfc/rfc3960.txt))
- RFC 4566 Session Description Protocol (SDP) ([www.ietf.org/rfc/rfc4566.txt](http://www.ietf.org/rfc/rfc4566.txt))
- DTMF
- Suporte a IPv4 e IPv6
- Inband, outband e via RFC2833
- Codecs mínimos suportados:

- Voz:

- G.711
- G.729
- G.722
- G.723
- G.726
- GSM

- Vídeo:

- H.263
- H.264

## 1.5. Módulo Tarifador



## SENADO FEDERAL

Tarifador compatível com PABX MX-ONE, com as seguintes funcionalidades:

### 1.5.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

- Deverá ter interfaces gráficas amigáveis, simples e configuráveis.
- O sistema deverá ser modular
- Deverá utilizar a infraestrutura de acesso à rede do Senado Federal, para acesso às bases de dados locais.
- Deverá controlar o acesso dos usuários através de autenticação de rede do Senado Federal
- Deverá possuir registro de eventos (log) para gerenciamento do acesso pelos usuários do sistema
- Deverá importar o cadastro dos ramais do Sistema Telefônico do Senado de uma tabela exportada do Sistema STELE desenvolvido em Microsoft Access, e/ou de uma tabela em Excel, txt.

### 1.5.2. RECEPÇÃO DE BILHETES

- O módulo de recepção dos bilhetes deverá ser separado dos demais módulos
- O módulo de recepção dos bilhetes deverá ser carregado quando o equipamento for inicializado, ficar residente na memória e coletar os bilhetes, independentemente da utilização de senhas ou quaisquer outros procedimentos.
- Os bilhetes deverão ser processados imediatamente após serem recebidos pelos módulos responsáveis pela sua coleta e processamento
- Deverá realizar quebra automática da base de dados com periodicidade configurável pelo administrador. (exemplo: Se a base de dados estiver muito grande e estiver prejudicando consultas, poderemos dividi-la por ano ou semestre).
- O sistema deverá ter capacidade de coleta das informações de múltiplas fontes de dados (PABXs).
- O sistema deverá ter capacidade de coleta das informações de no mínimo dez mil ramais.



## SENADO FEDERAL

- (Deverá ter capacidade de tarifar no mínimo 10 (dez) PABX's de diferentes localidades e homologados pela ANATEL), sendo a tarifação centralizada no edifício da Secretaria de Telecomunicações, situado na Unidade de Apoio VI do complexo arquitetônico do Senado Federal na Praça dos Três Poderes
- Deverá ser compatível com os PABX's MD110 Ericsson e MX-ONE, os quais emitirão os bilhetes contendo as informações necessárias à tarifação de todas as ligações realizadas e recebidas pelos ramais (TDM e IP), inclusive internas, entrantes e a cobrar, pelos troncos do Senado Federal e das residências oficiais.
- O sistema deverá dar o valor das chamadas realizadas e recebidas por todos os PABX's do Senado Federal, instalados ou a instalar.
- Deverá ser capaz de trabalhar com no mínimo dez milhões de registros mensais com banco de dados de 12 meses.
- Deverá estar preparado para operar com múltiplas prestadoras de serviços de telefonia.
- Deverá tarifar ligações de entrada e saída dos tipos locais, celulares, DDD, DDI, serviços especiais (0300, 0500, 0800, 0900), etc., bem como ligações entre ramais, conferências e ligações a cobrar, com tarifas e descontos configuráveis individualmente para cada Região do Plano de Outorgas para cada Operadora e Prestadora de Serviços de Telecomunicações, permitindo que para uma mesma prestadora haja valores diferenciados por região, mesmo sendo de mesmo degrau, etc, nos termos homologados pela ANATEL.
- Deverá tarifar por faixa numérica configurável de forma que se possa classificar como terminais celular, fixo e IP.
- Deverá prover o registro e tarifação das chamadas de entrada e de saída do serviço 0800 – A Voz do Cidadão do Senado Federal
- Deverá tarifar as ligações prevendo os diferentes fusos horários brasileiros, inclusive para chamadas entrantes dos serviços 0800 e a cobrar.
- As regras de tarifação devem estar de acordo com as normas de tarifação especificadas pela ANATEL e pelas prestadoras de telefonia hoje existentes no mercado, inclusive em seus planos alternativos.
- Deve incorporar os planos padrão e especiais das operadoras brasileiras.
- A partir do bilhete recebido pelos PABX's, o sistema deverá disponibilizar os



## SENADO FEDERAL

atributos a serem utilizados na tarifação dos registros de chamada com homologação na ANATEL, tais como: grupo horário, degrau tarifário, país, código internacional do país, unidade federativa internacional, código de área local, grupo de tarifação internacional, tipo do terminal nacional (fixo/móvel), tipo do terminal internacional (fixo/móvel), localidade, unidade federativa, prefixo, grupo de tarifação nacional, etc

- Deverá comportar diferentes grupos horários, configuráveis pelo Administrador, permitindo a tarifação diferenciada conforme a hora e o dia da semana.
- Deverá comportar diferentes degraus tarifários, baseado na distância entre o ponto de origem e o destino da chamada.
- Deverá comportar diversos grupos de tarifação internacional, sendo composto de países.
- Deverá possuir filtro configurável para duração mínima da chamada a considerar para tarifação, abaixo da qual o bilhete não será tarifado.
- Deverá possuir filtro configurável para valor mínimo da chamada, ou seja, todas as ligações abaixo do valor configurado serão tarifadas pelo valor mínimo.
- Deverá permitir o recálculo da tarifação de ligações e também retarifá-las.
- Deve possuir filtro configurável para ligações suspeitas (ligações muito curtas, muito longas, ligações de custo elevado e ligações com quantidade de dígitos errada)
- Deverá permitir o agrupamento das chamadas em arquivos mensais, quinzenais, semanais e diários, possibilitando a geração de relatórios de forma rápida mesmo com a base de dados contendo anos de tarifação.
- Deverá ter ferramenta de backup que permita reexaminar e/ou restaurar as ligações eliminadas do disco
- Deverá possuir ferramenta que verifique e corrija erros na base de dados
- Deverá gerenciar o sistema de backup, alertando proximidade do limite de tamanho do banco de dados, devendo permitir que suas ações de geração de backup possam ser agendadas e executadas manualmente e automaticamente.
- Deve possuir monitor de eventos e processos que garantam o perfeito funcionamento do sistema.
- Deverá permitir que todas as operações de configuração e manutenção sejam executadas através de comandos por microcomputador.





## SENADO FEDERAL

- Deverá possuir acesso remoto via VPN para supervisão, manutenção, programação e consulta de desempenho do sistema.
- Deverá possuir mecanismos próprios para segurança de acesso ao sistema para todos os acessos a funções de operação, administração e configuração, que deverão ser controlados por senhas com diferentes níveis de acesso.
- O sistema deverá verificar a duplicidade de registros de tarifação.
- O sistema deverá emitir relatório da situação e de erro no processamento, para os registros com problemas no processamento.
- O sistema deverá disponibilizar um módulo para os usuários do Sistema Telefônico do Senado que permita consulta de conta telefônica tanto individualizada por ramal quanto por grupo de ramais, via intranet, mediante login e senha.

### 1.5.3. CADASTRAMENTO

- O cadastramento deverá permitir associar o ramal tanto a um usuário quanto ao Departamento o qual pertence o ramal.
- Deverá permitir o cadastramento de todos os PABX's existentes do Senado Federal e dos que forem adicionados futuramente, desde possuam homologação da ANATEL.
- O sistema deverá permitir o cadastramento de cada tarifa, fixa, celular, local, DDD, DDI, de forma individualizada nos diversos formatos normatizados pela ANATEL.
- O cadastramento das tarifas deverá ser realizado individualmente para cada tarifa, de cada modulação horária, em cada Região do Plano de Outorgas, para cada Operadora e Prestadora de Serviços de Telecomunicações, permitindo que para uma mesma prestadora haja valores diferenciados por região, degrau e modulação horária, nos termos das normatizações da ANATEL.
- As tarifas deverão ser cadastradas com no mínimo cinco casas decimais e os valores das ligações deverão também ser calculados com no mínimo cinco casas decimais
- Deverá permitir o cadastramento de descontos diferenciados para cada Região



## SENADO FEDERAL

do Plano de Outorgas, para cada Operadora e Prestadora de Serviços de Telecomunicações, permitindo que para uma mesma prestadora haja descontos diferenciados por região, degrau e modulação horária nos termos e formatos homologados pela ANATEL.

- O sistema deverá permitir o cadastramento e a aplicação de sobretaxas ou outros custos que se desejem cobrar, tais como o rateio da despesa mensal para manutenção do PABX, devendo permitir a sua aplicação a todos os ramais ou a ramais específicos.
- O sistema deverá permitir o cadastramento de vários valores por tipos de serviço, de aplicação única ou periódica, e a inclusão desses valores na conta dos ramais.
- O sistema deverá cadastrar, manual e/ou automaticamente, os números dos ramais, troncos e rotas dos PABX.
- Deverá cadastrar manual e/ou automaticamente os dados de ramais, usuários importados do sistema STELE, que associam o ramal ao usuário.
- Deverá manter o histórico do ramal por usuário e período para a correta emissão dos relatórios e contas
- Deverá permitir o cadastramento de centros de custo
- Deverá cadastrar, manual e automaticamente, os códigos e planos das prestadoras locais e de longa distância.
- Deverá permitir o cadastramento de senhas para usuários e seus respectivos níveis de privilégio.
- Deverá permitir o cadastramento de rotas.
- Deverá permitir o cadastramento de regiões.
- Deverá permitir o cadastramento de unidades federativas.
- Deverá permitir o cadastramento de pelo menos 1 (um) valor de tarifa por país ou conglomerado, exemplo Mercosul.

### 1.5.4. EXPORTAÇÃO DE DADOS



## SENADO FEDERAL

- Deverá permitir a exportação de gráficos, planilhas, textos e relatórios em formatos comerciais utilizados na plataforma Microsoft Office 2003 e superiores, através de procedimentos simples e amigáveis.
- Deverá importar, do sistema STELE, manual e/ou automaticamente, os dados de cadastramento de ramais, usuários, departamento que pertence o ramal.
- Os valores de ligação e tarifas deverão ser importados e exportados com no mínimo 5 (cinco) casas decimais

### 1.5.5. ATESTO

- O sistema deverá permitir aos usuários o acesso direto em interface amigável e de uso intuitivo, em português do Brasil, de acordo com as funcionalidades permitidas por seu nível de senha.
- O sistema deverá permitir ao usuário consultar as ligações realizadas por seu ramal, suas cotas para ligações (em valor) utilizadas e disponíveis; indicar as ligações de caráter pessoal, verificar mensagens de alerta do administrador e do sistema, emitir os relatórios, atestar as ligações.
- Deverá permitir o monitoramento das ligações particulares, e incluir nos próximos meses, as já indicadas anteriormente, disponibilizando relatório para o administrador.
- Deverá permitir o controle de cotas, atribuindo cotas, em valor individualizado por ramal.
- O sistema deverá disponibilizar em tempo real ao usuário e ao administrador, via rede, mediante senha, relatórios informando as cotas concedidas, já utilizadas e disponíveis em seu ramal.
- Deverá ser capaz de mudar automaticamente a categoria dos ramais, por meio de comandos no PABX MX-ONE, caso estes atinjam as suas cotas mensais.
- Os usuários que esgotarem suas cotas deverão ter o serviço bloqueado automaticamente devendo esses ser informados, bem como o administrador do sistema, via mensagem eletrônica (e-mail), com confirmação de recebimento e leitura.
- O sistema deverá possuir controle de atesto de ligações permitindo aos usuários



## SENADO FEDERAL

atestar suas contas e obter recibo do atesto.

- O sistema deverá possuir filtros que permitam aos usuários melhor organizar e visualizar suas contas e emitir relatórios.
- Deverá ter capacidade para uma quantidade mínima de 10.000 (dez mil) usuários.

### 1.5.6. RELATÓRIOS

- Todos os relatórios deverão ser feitos transparentes às quebras das bases de dados, como se fossem apenas uma base.
- Todos os relatórios deverão poder ser visualizados em monitor de vídeo, impressos e armazenados em disco.
- O sistema deverá possuir ferramenta destinada a racionalizar custos e coibir abusos identificando chamadas classificadas como desnecessárias ou inconvenientes, detectando-as e agrupando-as para a tomada de providências
- O sistema deverá permitir a definição de regras para classificação de chamadas avaliadas como desnecessárias ou inconvenientes através da monitoração de custos das chamadas, duração das chamadas, números discados/destinos e horário das chamadas.
- O sistema deverá manter os relatórios acessíveis, bem como os históricos dos ramais, datas e respectivos usuários.
- O usuário somente poderá visualizar os extratos de contas telefônicas de um ramal no período no qual este estiver atribuído a ele.
- Deverá possuir filtros de ligações configuráveis pelo gerente para serem aplicados aos relatórios.
- Deverá permitir o agendamento de tarefas e o envio automático de relatórios padrões ou personalizados por e-mail, impressora ou arquivo para usuário ou grupos de usuários.
- Deverá ter capacidade de alertar sobre troncos e ramais inativos.
- Os valores de ligação e tarifas constantes dos relatórios deverão respeitar o padrão monetário nacional (duas casas decimais), porém, deverão ser importados, armazenados e exportados com no mínimo cinco casas decimais e,



## SENADO FEDERAL

em caso de valores muito baixos, deverá ser permitido mostrar mais casas decimais

- Deverá emitir relatórios de tráfego das ligações originadas e a cobrar do Senado Federal para os diversos tipos de ligações usuais nacionais como DDD, DDI, LOCAIS, Celular, VC1, VC2, Conurbado, etc.
- Deverá emitir relatórios estatísticos sobre a utilização do PABX, tipos de ligação (móvel/fixo), perfil de tráfego por região do Plano de Outorgas separados por modulação horária, degrau, unidade federativa e demais dados necessários ao conhecimento do perfil de uso do sistema telefônico do Senado Federal, nos termos e formatos aprovados pela ANATEL.
- Deverá emitir relatório de monitoração do comportamento dos custos por ramal e pela unidade administrativa ao qual pertença
- Deverá emitir sumário de uso dos ramais contendo os tempos médios e totais de duração das ligações e valores, podendo ser fracionados por área
- Deverá emitir relatório de distribuição de tipo de chamada, quantificando a distribuição de chamadas de entrada, saída, etc
- Deverá emitir relatório das ligações separando as chamadas particulares das chamadas a serviço, permitindo a cobrança de chamadas pessoais.
- Deverá emitir sumário por número discado de todos os números discados por setor.
- Deverá emitir relatório de uso semanal para verificação de tráfego por hora e dia da semana.
- Deverá disponibilizar informações estatísticas dos registros consistindo em totalizações dos resultados obtidos no processamento dos registros de entrada por situação e por erros, possibilitando a visualização e acompanhamento da quantidade de registros que entraram e foram corretamente tarifados.
- Deverá permitir a escolha de período e arquivo de entrada, ou um conjunto deles, para a geração de estatística de processamento de registros
- Deverá permitir o acompanhamento em tempo real do processamento dos registros, permitindo o acompanhamento da evolução do processamento, detectando travamento e demoras excessivas
- Deverá emitir relatórios referente a erros de processamento, configuração de



## SENADO FEDERAL

regras de identificação e tarifas, bem como controle de quantidade e valor de itens tarifados

- Deverá permitir a definição dos períodos de totalização e emissão dos relatórios por data, hora, etc
- O sistema deverá possuir Gerador de Relatórios e de Visões Estatísticas, cujos documentos gerados possam ser personalizados, de modo a permitir a seleção de informações a serem apresentadas de acordo com as necessidades do administrador, sendo que os dados deverão estar disponíveis na forma analítica e sintética
- Os relatórios deverão poder ser disponibilizados impressos, salvos em arquivos e exportados para a plataforma Microsoft Office 2000 e posterior
- Deverá permitir a consulta de todos os relatórios, inclusive gráficos, através da rede.
- Deve permitir o envio de relatórios agendados ou não
- Deve possuir filtro configurável pelo usuário para a escolha e agrupamento dos campos dos relatórios
- Deve emitir relatórios por:
  - Ramal
  - Faixa de ramais
  - lista de ramais
  - número discado, completo ou parcial
  - prefixo
  - operadora
  - centro de custo
  - nível hierárquico
  - tronco
  - rota
  - órgão
  - categoria de chamada (Local, DDD, DDI; Celular, etc.), separados por degrau, modulação horária, UF e Região do Plano de Outorgas
  - UF, separados por degrau e modulação horária





## SENADO FEDERAL

- região do Plano de Outorgas, separados por degrau e modulação horária
- DDD / Prefixo separados por modulação horária
- usuários
- nível hierárquico de usuários
- tronco
- conta telefônica
- agrupamentos de contas telefônicas
- data e hora
- setor
- departamento
- tipo de chamada (entrada, saída, tronco a tronco, interna, conferência, não atendida, transferida, particulares)
- valor e/ou faixa de valores, acima e abaixo de determinado valor para duração e custos
- Deverá emitir o Perfil de Tráfego do Senado Federal para fins de licitação
- Deverá emitir histórico do ramal por usuário e número.

### **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

#### **Servidores e Switches (REFERENTES AO ITEM 1 DO EDITAL)**

As características mínimas a seguir deverão ser seguidas por todo e qualquer servidor e switch necessários esta a contratação.

Os servidores e switches deverão ser instalados em Racks de 19”

#### **Servidor**

- 4 (quatro) discos e usar 2(dois) para formar um RAID 1, mantendo 2(dois) como *s pares*, de modo a garantir a integralidade dos dados, mesmo com a falha de até três discos.



## SENADO FEDERAL

- 2 (Dois) processadores com tecnologia Quad-Core, ou superior. O padrão de arquitetura do servidor é o x86 de 32 bits com extensão 64 bits e suporte a Extended SSE4, com as características listadas a seguir;

1. QPI ou Hypertransport de, no mínimo, 1000 Mhz;
2. Suporte a aplicações de 32 bits e de 64 bits;
3. Memória cache L3 de, no mínimo, 1 Mbyte, por núcleo;
4. A configuração ofertada deverá apresentar os seguintes índices de desempenho:

4.1 Índice SPECint\_rate2006 (base) auditado de, no mínimo, 230 (duzentos e trinta) para o equipamento ofertado. Caso o equipamento cotado não tenha sido ainda auditado com o número de processadores proposto e a mesma frequência de clock ofertado, deverá ser informado um cálculo estimado, desde que o valor utilizado para estimativa de SPECint\_rate2006 (base) tenha sido obtido em equipamento auditado na quantidade máxima de processadores e seja da mesma família do equipamento ofertado. Este índice deverá ser calculado através da expressão abaixo com base em um índice auditado pelo Standard Performance Evaluation Corporation - SPEC de um equipamento de mesma arquitetura e do mesmo fabricante do equipamento ofertado.

Índice Estimado =  $(A * B * C) / (D * E)$ , onde:

- A = Quantidade de processadores ofertados pelo licitante, para o servidor ofertado;
- B = Frequência de clock (em GHz) ofertada para cada processador;
- C = Resultado, em SPECint\_rate2006 (base), auditado pela SPEC;
- D = Quantidade de processadores utilizados no servidor auditado pela SPEC;
- E = Frequência de clock (em GHz) de cada processador utilizado no servidor auditado pela SPEC.

Os índices SPECint\_rate2006 (base) utilizados como referência serão validados junto ao site Internet [www.spec.org](http://www.spec.org) - Standard Performance Evaluation Corporation;

4.2 Não serão aceitas estimativas para modelos/família de equipamentos não auditados pelo Standard Performance Evaluation Corporation - SPEC, resultados obtidos com a utilização de servidores em cluster, bem como estimativas em resultados inferiores ao mínimo especificado no edital;

5. Memória RAM de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) GBytes, tipo DDR-3 ou superior, com velocidade de clock mínima de 1066 MHz, deverá suportar tecnologia de correção de multi-bit erros como Advanced ECC, Chipkill ou SDDC (Single Device Data Correction);



## SENADO FEDERAL

6. Capacidade de armazenamento interno de, no mínimo, 320 GBytes líquido, com 4 (quatro) discos SAS sendo 2(dois) discos em raid 1 e 2(dois) discos em modo *spare*;
7. 2 (duas) interfaces Ethernet 1Gbps;
8. 2 (duas) fontes de alimentação em modo redundante. Cada fonte deverá ser capaz de alimentar sozinha o equipamento;

### Switch

Devido ao fato destes swichtes serem usados para a interligação dos racks do PABX , estes deverão:

- serem instalados o mais próximo possível dos racks do PABX, ou seja, dentro da própria sala onde hoje se encontra a central telefônica.
- devem se conectar à rede através de *uplinks* de fibra para os switches de distribuição G1-34 e G2-34.

A intenção é restringir a possibilidade de acesso a estes equipamentos, minimizando interrupções decorrentes de eventuais intervenções que ocorram, por exemplo, no switch que hoje atende aos usuários da STELE.

A Contratada deverá fornecer projeto de interligação dos swichtes fornecidos por ela com o núcleo da rede, devendo garantir a interoperabilidade com o *hardware* de rede do Senado que é o **Alcatel OmniSwitch 8800**.

Como referência, um *hardware* totalmente compatível com as especificações abaixo é o **Alcatel OmniSwitch 6850-48X** (48 portas) ou o **Alcatel OmniSwitch 6850-24X** (24 portas).

#### Especificação:

1. Portas de acesso 100/1000BaseT não compartilhadas, com *auto-sense* e *auto-MDIX*
2. No mínimo 2(duas) portas de *uplink* a 1Gbps/10Gbps via fibra multimodo. Estas portas deverão ser capazes de operar a 10Gbps efetuando-se apenas a troca do GBIC, sem instalação de placas adicionais. O equipamento deverá ser entregue com 2 (dois) GBICs capazes de transmissão e recepção full-duplex a 1 Gbps usando fibra multimodo 62.5/125 µm.
3. Comutação de datagramas IPv4 e IPv6 em *wirerate*
4. Devem, obrigatoriamente suportar árvores de *spanning tree* independentes por VLAN, com o protocolo RSTP.
5. Ter fontes de alimentação redundantes. Cada fonte deverá ser capaz de alimentar sozinha o equipamento.



## SENADO FEDERAL

6. Deverá interoperar, de forma transparente com o equipamento de distribuição **Alcatel OmniSwitch 8800**, ao qual se conectarão.
7. Deverá suportar os seguintes padrões e protocolos:

### **Pilha IPv4**

#### **IP Routing**

- Static routing
- RIP v1 & v2
- OSPF v2 com suporte a graceful restart
- BGP v4 com suporte a graceful restart
- ISIS

#### **Multicast**

- IGMP v1, v2 & v3 snooping
- PIM-SM
- PIM-DM
- DVMRP

#### **Outros**

- DHCP relay
- Generic UDP relay per VLAN
- VRRP v2

### **Pilha IPv6**

#### **IP Routing**

- Static routing
- RIP ng
- OSPF v3 com suporte a graceful restart
- BGPv4 com extensões para roteamento IPv6 e suporte a graceful restart

#### **Multicast**

- MLD snooping
- PIM-SM
- PIM-DM

#### **Outros**

- DHCP relay (including generic UDP relay)
- VRRP v3

### **Quality of Service (QoS)**

- Filas de prioridade baseadas em hardware, no mínimo 4 por porta
- Priorização de tráfego baseada em fluxos
- Gerenciamento de banda baseado em fluxos
- Gerenciamento de filas com algoritmos de scheduling de tráfego configuráveis
- suporte a RED, WRED



## SENADO FEDERAL

- suporte à arquitetura DiffServ (classificação, marcação de DSCP e priorização)

### **Gerenciamento**

SNMP v1/v2/v3

Porta de console

Acesso à console através de Telnet e SSH

Mirror baseado em porta e em políticas

Cliente NTP (Network Time Protocol)

Log local (em memória flash) e remoto (via syslog)

Cliente TACACS+

Centralized RADIUS and Lightweight Directory Access Protocol (LDAP) administrator authentication

### **Padrões suportados**

#### **IEEE standards**

- IEEE 802.1D (STP)
- IEEE 802.1p (CoS)
- IEEE 802.1Q (VLANs)
- IEEE 802.1ad (Provider Bridges) (Q-in-Q/VLAN stacking)
- IEEE 802.1ak (Multiple VLAN Registration Protocol)
- IEEE 802.1s (MSTP)
- IEEE 802.1w (RSTP)
- IEEE 802.3i (10Base-T)
- IEEE 802.3u (Fast Ethernet)
- IEEE 802.3x (Flow Control)
- IEEE 802.3z (Gigabit Ethernet)
- IEEE 802.3ab (1000Base-T)
- IEEE 802.3ac (VLAN Tagging)
- IEEE 802.3ad (Link Aggregation)
- IEEE 802.3ae (10G Ethernet)

#### **IE TF standards**

##### **IPv4**

- RFC 2003 IP/IP Tunneling
- RFC 2784 GRE Tunneling

##### **OSPF**

- RFC 1253/1850/2328 OSPF v2 and MIB
- RFC 1587/3101 OSPF NSSA Option
- RFC 1765 OSPF Database Overflow
- RFC 2154 OSPF MD5 Signature
- RFC 2370/3630 OSPF Opaque LSA
- RFC 3623 OSPF Graceful Restart

##### **RIP**

- RFC 1058 RIP v1
- RFC 1722/1723/2453/1724 RIP v2 and MIB
- RFC 1812/2644 IPv4 Router Requirements
- RFC 2080 RIPng for IPv6

##### **BGP**

- RFC 1269/1657 BGP v3 & v4 MIB



## SENADO FEDERAL

- RFC 1403/1745 BGP/OSPF Interaction
- RFC 1771-1774/2842/2918/3392 BGP v4
- RFC 1965 BGP AS Confederations
- RFC 1966 BGP Route Reflection
- RFC 1997/1998 BGP Communities Attribute
- RFC 2042 BGP New Attribute
- RFC 2385 BGP MD5 Signature
- RFC 2439 BGP Route Flap Damping
- RFC 2545 BGP-4 Multiprotocol Extensions for IPv6 Inter-Domain Routing
- RFC 2796 BGP Route Reflection
- RFC 2858 Multiprotocol Extensions for BGP-4
- RFC 3065 BGP AS Confederations

### ***IP multicast***

- RFC 1075 DVMRP
- RFC 1112 IGMP v1
- RFC 2236/2933 IGMP v2 and MIB
- RFC 2362/4601 PIM-SM
- RFC 2365 Multicast
- RFC 2715/2932 Multicast

### ***Routing MIB***

- RFC 2934 PIM MIB for IPv4
- RFC 3376 IGMPv3
- RFC 5060 Protocol Independent Multicast MIB
- RFC 5132 IP Multicast MIB
- RFC 5240 PIM Bootstrap Router MIB

### ***IPv6***

- RFC 1886/3596 DNS for IPv6
- RFC 2292/2553/3493/3542 IPv6 Sockets
- RFC 2373/2374/3513/3587 IPv6 Addressing
- RFC 4007 IPv6 Scoped Address Architecture
- RFC 4193 Unique Local IPv6 Unicast Addresses
- RFC 2460//2462/2464 Core IPv6
- RFC 2461 NDP
- RFC 2463/2466/4443 ICMP v6 and MIB
- RFC 2452/2454 IPv6 TCP/UDP MIB
- RFC 2893/4213 IPv6 Transition Mechanisms
- RFC 3056 IPv6 Tunneling
- RFC 3542/3587 IPv6
- RFC 3595 TC for Flow Label

### ***Manageability***

- RFC 959/2640 FTP
- RFC 1350 TFTP Protocol
- RFC 2131 DHCP server/client
- RFC 854/855 Telnet and Telnet options
- RFC 1155/2578-2580 SMI v1 and SMI v2
- RFC 1157/2271 SNMP
- RFC 1212/2737 MIB and MIB-II
- RFC 1213/2011-2013 SNMP v2 MIB
- RFC 1215 Convention for SNMP Traps
- RFC 1573/2233/2863 Private Interface MIB



## SENADO FEDERAL

- RFC 1643/2665 Ethernet MIB
- RFC 1901-1908/3416-3418 SNMP v2c
- RFC 2096 IP MIB
- RFC 2570-2576/3411-3415 SNMP v3
- RFC 2616 /2854 HTTP and HTML
- RFC 2667 IP Tunneling MIB
- RFC 2668/3636 IEEE 802.3 MAU MIB
- RFC 2674 VLAN MIB
- RFC 3414 User based Security model
- RFC 4251 Secure Shell Protocol architecture
- RFC 4252 The Secure Shell (SSH) Authentication Protocol

### **Security**

- RFC 1321 MD5
- RFC 2104 HMAC Message Authentication
- RFC 2138/2865/2868/3575 /2618 RADIUS Authentication and Client MIB
- RFC 2139/2866/2867/2620 RADIUS Accounting and Client MIB
- RFC 2228 FTP Security Extensions
- RFC 2284 PPP EAP
- RFC 2869/2869bis RADIUS

### Extension

### **QoS**

- RFC 896 Congestion Control
- RFC 1122 Internet Hosts
- RFC 2474/2475/2597/3168/3246

### DiffServ

- RFC 3635 Pause Control
- RFC 2697 srTCM
- RFC 2698 trTCM

### **Others**

- RFC 791/894/1024/1349 IP and IP/Ethernet
- RFC 792 ICMP
- RFC 768 UDP
- RFC 793/1156 TCP/IP and MIB
- RFC 826/903 ARP and Reverse ARP
- RFC 919/922 Broadcasting internet datagram
- RFC 925/1027 Multi LAN ARP / Proxy ARP
- RFC 950 Subnetting
- RFC 951 BOOTP
- RFC 1151 RDP
- RFC 1191 Path MTU Discovery
- RFC 1256 ICMP Router Discovery
- RFC 1305/2030 NTP v3 and Simple NTP
- RFC 1493 Bridge MIB
- RFC 1518/1519 CIDR
- RFC 1541/1542/2131/3396/3442 DHCP
- RFC 1757/2819 RMON and MIB
- RFC 2131/3046 DHCP/BootP Relay
- RFC 2132 DHCP Options
- RFC 2251 LDAP v3





## SENADO FEDERAL

- RFC 2338/3768/2787 VRRP and MIB
- RFC 3021 Using 31-bit prefixes
- RFC 3060 Policy Core



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 227/2012**

**(Processo nº 019.448/11-2)**

**ANEXO 03**

**COMPOSIÇÃO ATUAL DO SISTEMA**

O Sistema Telefônico atual do Senado Federal PABX Ericsson MD110 BC12 é composto pelos seguintes equipamentos:

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
-------------	------------

<b>PABX Ericsson MD110 BC12 instalado na Secretaria de Telecomunicações do Senado Federal – Unidade de Apoio VI</b>	
Ramais analógicos.	1.472
Ramais digitais.	3.280
Troncos digitais.	1.350
Troncos analógicos bidirecionais.	400
Troncos IPs	64
Tie-Lines digitais.	150
Servidor DNA-Dynamic Network Administration para gerenciamento e programação da Central Telefônica.	01
Tarifador STI On-Line 32 bits do PABX do SENADO, localizado na Esplanada dos Ministérios.	01
Inversor estático Tectrol, modelo TCI10.0-FRCR4C, com tensão de entrada de 48 Vcc e tensão de saída de 220 Vca.	01
Buffers STI Informatel, modelo CS04010ASM, com capacidade de 1Mb cada um.	04
Sistema de interligação com modem óptico entre o PABX do Senado Federal e o PABX da Câmara dos Deputados.	01
Retificador, modelo SR 1.000 A/-48V/2.4, fabricado pela empresa SAFT-NIFE.	01
Banco de baterias do tipo OPZV, 1.000 A/10H, com 96 (noventa e seis) elementos.	01

<b>PABX Ericsson MD110 BC12, com programação independente, instalado na SQS 309</b>	
Ramais analógicos.	96



## SENADO FEDERAL

Ramais digitais.	176
Troncos digitais.	60
Troncos IPs	64
Tarifador Informatel STI Windows Dial-Up 32 bits	01
Retificador Proteco BMLBM 260003-MP48/10 AA.	01
Banco de baterias seladas reguladas por válvula com eletrólito fixo na forma de gel, capacidade nominal de 150 A/10h, com 24 (vinte e quatro) elementos de 2V, configurado em uma associação de 48V.	01
<b>PABX Ericsson MD110 BC12, com programação independente, instalado na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal</b>	
Ramais analógicos	16
Ramais digitais	16
Troncos analógicos bidirecionais	16
Troncos digitais	30
Ramais sem fio DECT	10
Retificador Proteco BMLBM 260003-MP48/10 AA	01
Banco de baterias composto por 4 baterias de 12V/150Ampéres/hora, tipo chumbo-ácido selada	01

Configuração do Sistema Telefônico do Senado Federal, com respectivos endereços:

- 19 (dezenove) LIM(s) na sala Central Telefônica nas instalações da STELE;
- 01 (um) LIM, nas Residências Oficiais dos Senhores Senadores (SQS 309 Bloco "G"). Este funciona independente do PABX do Senado, porém ainda mantendo conexões de troncos IP como rota de menor custo e de emergência;
- 01 (um) LIM, na Residência Oficial da Presidência do Senado (Lago Sul), este funciona independente do PABX do Senado;
- 01 (um) Tarifador – Sala de tarifação nas instalações da STELE;
- 01 (um) Terminal de Programação da Central, na sala dos Programadores nas instalações da STELE.



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 227/2012**

**(Processo nº 019.448/11-2)**

**ANEXO 04**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2012**

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, \_\_\_\_\_, para a **atualização de versão do PABX\_\_MD-110 versão BC-12 para versão MX-ONE, bem como aquisição de ramais IP com aparelhos telefônicos fixos e de interface para disponibilização de ramais IP em smartphones e notebooks.**

**A UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, \_\_\_\_\_, e \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, fax nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_ e (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_, telefone nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_ e \_\_\_\_-\_\_\_\_, CNPJ-MF nº \_\_\_\_\_ /\_\_\_\_-\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, Cl. \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_/\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº 227/2012\_\_\_\_, homologado pela Senhora Diretora-Geral, às fls. \_\_\_\_ do Processo n.º 019.448/11-2, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_ a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto a **atualização de versão do PABX\_\_MD-110 versão BC-12 para versão MX-ONE, bem como aquisição de ramais IP com aparelhos telefônicos fixos e de interface para disponibilização de ramais IP em smartphones e notebooks**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.



## SENADO FEDERAL

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** – manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** – apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** – efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** – manter a disciplina nos locais de serviços e retirar o empregado com conduta inconveniente;
- V** – manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- VI** – manter equipe técnica nas quantidades necessárias e adequadas ao cumprimento de todas as tarefas e abrangências dos serviços;
- VII** – manter os seus empregados portando identificação e se apresentando sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer na higiene pessoal; e
- VIII** – responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança determinadas pelo SENADO, instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas áreas do SENADO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA deverá apresentar declaração informando que tem condições de garantir o fornecimento de peças, componentes e demais materiais, novos e genuínos necessários à perfeita execução do objeto deste contrato, bem como se encontra apta a executá-lo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá realizar a atualização do PABX\_MD-110 para MX-ONE, se necessário em módulos, sem comprometer as comunicações telefônicas do SENADO, sendo assim qualquer procedimento que coloque em risco as referidas comunicações deve ser previamente programado e dimensionado para ser executado fora do horário de expediente do SENADO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA deverá entregar o PABX MX – ONE com todas as programações e conexões já existentes e as atualizações (programações) feitas em perfeito funcionamento.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO QUARTO-** Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

**PARÁGRAFO QUINTO –** A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO –** Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do Senado.

**PARÁGRAFO SÉTIMO –** A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO OITAVO –** Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O SENADO, por meio do gestor deste contrato e nos termos da lei, poderá autorizar a subcontratação parcial, objetivando o bom andamento dos serviços, sem ônus adicional, mediante justificativa a ser apresentada pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO –** Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o SENADO e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e contratuais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO –** A CONTRATADA deverá informar previamente ao gestor deste contrato a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratada, e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contrato e distrato entre as partes, ou outro instrumento equivalente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO –** A CONTRATADA deverá comprovar que a subcontratada atende às condições de habilitação, mediante a apresentação dos documentos exigidos nos itens 13.1, 13.2, 13.3.1, letra “b” do subitem 13.3.2, 13.3.3 e letras “a.1” e “a.2” do subitem 13.3.4 do edital, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da subcontratação, devendo substituir de comum acordo com o gestor, a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

**PARÁGRAFO QUARTO –** A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.



SENADO FEDERAL

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

Os serviços e os equipamentos constantes do objeto do edital e deste contrato deverão ser entregues no SENADO, devidamente instalados, em até 90 (noventa) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços decorrentes do edital e deste contrato de forma a assegurar que os equipamentos e softwares mantenham regular, eficiente, seguro e econômico funcionamento, devendo o início da execução dar-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços de instalação e as programações de acordo com as normas gerais atinentes à espécie e ao fiel cumprimento dos manuais dos fabricantes e normas técnicas, ficando responsável por quaisquer prejuízos causados aos equipamentos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A qualquer equipamento inserido na atualização ou ampliação deverá possuir redundância de forma a garantir disponibilidade de 99,999% aos serviços da plataforma de telecomunicações.

**PARÁGRAFO QUARTO**- A CONTRATADA obriga-se a prestar a garantia de 36 (trinta e seis) meses para cada equipamento, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, devendo cobrir todos os elementos de hardware e software que vierem a apresentar defeito **exclusivo** de fabricação. Tendo prazo de 48 (quarenta e oito) horas para elemento de hardware e software que cause alguma indisponibilidade parcial ou total do sistema, e de 20 (vinte) dias corridos para equipamentos que tenham contingência.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA, durante o período de garantia deverá substituir peças, componentes e acessórios que vierem a apresentar defeito de fabricação, incluindo o fornecimento dos serviços de suporte e de mão de obra para o conserto, a substituição de peças ou de módulos, a configuração, a programação e os testes dos citados equipamentos e softwares fornecidos exclusivamente nesta licitação, sem qualquer ônus para o SENADO.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Não implicará a redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA a fiscalização pelo SENADO.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos materiais ou serviços considerados inadequados pelo gestor.





## SENADO FEDERAL

### **CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA, DA INSTALAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

A CONTRATADA prestará os serviços de atualização, bem como fornecerá os equipamentos objeto do presente contrato na STELE, situada no Senado Federal, Via N2, Unidade de Apoio VI, Prédio Senador Antônio Farias, CEP 70.165-900 – Brasília-DF e nos demais locais de instalação dos atuais módulos do PABX (Residências Oficiais)

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A instalação compreende a instalação física dos equipamentos, contemplando o cabeamento de telefonia, de energia e rede lógica, outros componentes, sua interligação através da solução de conectividade e a instalação dos softwares de gerenciamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Deverão ser entregues, junto aos equipamentos, os manuais do usuário e documentos em que constem as especificações dos insumos, suprimentos e/ou materiais a serem utilizados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA é responsável pela instalação e ativação do(s) equipamento(s) e todos os acessórios e recursos fornecidos, devendo fornecer os insumos e executar os serviços de instalação, correspondente a alimentação da rede elétrica, energia auxiliar e o cabeamento dos troncos e ramais até o Distribuidor Geral – DG PABX.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Em nenhuma hipótese será permitida a instalação aparente de fios e cabos fixados por grampo ou soltos em paredes entre pisos e entre - forros.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Os equipamentos, servidores/switches, deverão ser instalados em no mínimo 3 (três) Rack's padrão 19", com 42U e 800x1000 mm **fornecidos pela contratada responsável pelo item 1 – Atualização do PABX-MD 110 da versão BC-12 para a versão MX\_ONE**, próprios para abrigar equipamentos computacionais e de telefonia, com as seguintes características mínimas:

- Possuir portas frontal e traseira com tela metálica perfurada e painéis laterais sólidos.
- Possuir calhas internas de cabo de acesso que permita encaminhamento e gerenciamento de cabos dentro do mesmo.
- Régua de alimentação nas duas laterais internas do rack ,com o fim de alimentar switches e servidores, com no mínimo 8 (oito) tomadas em cada régua.
- Maçanetas nas portas dianteiras e traseiras com barras de bloqueio para maior segurança.
- Características compatíveis com o rack HP 10842, 42U 800x1000



SENADO FEDERAL

mm ou similar.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os equipamentos deverão ser alimentados por circuitos elétricos exclusivos, com identificação de “NÃO DESLIGAR” no disjuntor de proteção.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A CONTRATADA deverá efetuar a revisão, adequação ou implantação do sistema de aterramento dos equipamentos.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Os serviços e equipamentos serão considerados executados e instalados somente após a ativação, perfeito funcionamento, a finalização das orientações técnicas aos usuários e à equipe técnica e do ateste técnico por parte da equipe técnica do SENADO, quando será emitido o termo de recebimento definitivo do objeto, pelo gestor do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores a seguir, conforme proposta da CONTRATADA de fls. \_\_\_\_\_, não sendo permitido em nenhuma hipótese o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

Item 1			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário – R\$	Valor Total – R\$
Atualização de versão do PABX_MD 110	01		
Item 2			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário – R\$	Valor Total – R\$
Ramais IP	662		
Item 3			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário – R\$	Valor Total – R\$
Aparelhos telefônicos IP	300		
Item 4			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário – R\$	Valor Total – R\$
Equipamento de Interconexão a Internet	01		
Item 5			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário – R\$	Valor Total – R\$
Tarifador compatível com PABX MX-ONE	01		
<b>Valor Global – R\$</b>			

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O valor global do presente instrumento é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), compreendendo



## SENADO FEDERAL

todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 9 (nove) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal discriminada, em 2 (duas) vias, **com a discriminação do produto entregue e instalado, bem como dos serviços prestados**, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O pagamento ficará condicionado à prévia atestação do gestor na nota fiscal/fatura, à apresentação do termo de recebimento definitivo do objeto emitido pelo gestor e à apresentação da garantia prevista na cláusula décima e à entrega dos comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**PARÁGRAFO QUARTO** – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo terceiro e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

O preço é fixo e irrealizável.



## SENADO FEDERAL

### **CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

### **CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 000040 e Natureza de Despesa 449052, e tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho n.º \_\_\_\_\_.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA**

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro-garantia; ou

III – fiança bancária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data da assinatura deste contrato, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 dias, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO QUINTO** – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I** – advertência;

**II** – multa;

**III** – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**IV** – impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

**V** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

**I** – apresentar documentação falsa;

**II** – fraudar a execução do contrato;

**III** – comportar-se de modo inidôneo;

**IV** – fazer declaração falsa;



## SENADO FEDERAL

**V – cometer fraude fiscal.**

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula décima sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos terceiro e quarto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Findo o prazo limite previsto no parágrafo terceiro sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

**PARÁGRAFO OITAVO** – A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula nona deste contrato.

**PARÁGRAFO NONO** – O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:



## SENADO FEDERAL

**I** – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

**II** – judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá sua vigência a partir da data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

**DIRETOR-GERAL  
SENADO FEDERAL**

**REPRESENTANTE  
CONTRATADA**

**DIRETOR DA \_\_\_\_\_  
DIRETOR DA \_\_\_\_\_**





SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 227/2012**

**(Processo nº 019.448/11-2)**

**ANEXO 05**

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA  
DA LICITANTE VENCEDORA**

A licitante vencedora deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____ / ____</b>			
<b>Data de abertura:</b>			
<b>Nome da empresa:</b>			
<b>CNPJ:</b>			
<b>Endereço:</b>			
<b>CEP:</b>			
<b>Telefone: (DDD)</b>			
<b>Fax: (DDD)</b>			
<b>e-mail:</b>			
<b>Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)</b>			
<b>CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)</b>			
<b>RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)</b>			
<b>Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)</b>			
<b>Item 1</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário – R\$</b>	<b>Valor Total – R\$</b>
Atualização de versão do PABX_MD 110	01		
<b>Item 2</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário – R\$</b>	<b>Valor Total – R\$</b>
Aquisição de ramais IP do PABX MX-ONE Ericsson	662		
<b>Item 3</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário – R\$</b>	<b>Valor Total – R\$</b>



SENADO FEDERAL

Aquisição de aparelhos telefônicos IP compatíveis com PABX MX-ONE Ericsson	300		
<b>Item 4</b>			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário – R\$	Valor Total – R\$
Equipamento de Interconexão a Internet compatível com PABX MX-ONE Ericsson	01		
<b>Item 5</b>			
Especificação	Quantidade	Valor Unitário – R\$	Valor Total – R\$
Tarifador compatível com PABX MX-ONE	01		
<b>Valor Total – R\$</b>			

**Instruções de preenchimento:**

A licitante deverá informar os preços unitários, total do item, e global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.

U:\SSATC\Servidores\Jullyanne\Editais Pregão Eletrônico\019.448 11 2 (atualização do PABX MD 110, aquisição de ramais IP, aparelhos telefônicos IP).doc